



## α família no século XXI: um enfoque demográfico

Elza Berquó\*\*

**RESUMO** – Este trabalho visa contribuir para a discussão atual sobre a viabilidade da hipótese de convergência nas transformações por que vem passando a família. Será que na medida em que os países se industrializam e se urbanizam, a família deverá passar pelas mesmas etapas de modificações por que passaram e continuam passando os países mais desenvolvidos do Ocidente? A queda acentuada da fecundidade, o aumento da longevidade, a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, a liberação sexual, a fragilidade cada vez maior das uniões, o individualismo acentuado, etc., são tendências que vem atuando no sentido de alterar o tamanho, a estrutura e a função da família. Faz falta um enfoque demográfico destas questões em conjunto para permitir pensar a família brasileira no próximo século. Este trabalho se orienta nesta direção.

### UMA VISITA AOS PAÍSES MAIS INDUSTRIALIZADOS

A Europa Ocidental entrou no século XX exibindo um padrão de nupcialidade caracterizado por casamentos tardios (ou seja, as mulheres se casavam por primeira vez, em média, entre os 26 e os 27 anos de idade) e pouco frequentes (ou seja, das mulheres nascidas por volta de 1880, entre 10 e 20% não chegavam a se casar). O elevado celibato representava em grande medida a forma central de controle social da fecundidade, a qual se mantinha em níveis relativamente baixos (Festy, 1980). Os divórcios, por sua vez, eram frequentes com tendência crescente até 1935, quando apresentaram um índice médio igual a dez divórcios para cada 100 casamentos (Roussel, 1989).

\* Trabalho apresentado no Simpósio "A Família no Século XXI", promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizado durante a XLI Reunião Anual, Fortaleza, Ceará, 9 a 15 de julho de 1989.

\*\* Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP).

A II Guerra Mundial veio alterar este cenário de maneira muito significativa. Políticas em favor da família surgem em diversos países, no pós-guerra, e a instituição familiar como elemento fundamental da sociedade é parte integrante da declaração universal dos direitos do homem, de 1948.

Mais precisamente, pode-se dizer que foi a partir do período 1945-1950 que as tendências anteriores foram ou revertidas ou estabilizadas. Quanto à nupcialidade, houve um rejuvenescimento na idade ao casar e os casamentos se tornaram mais frequentes. Assim, a idade média das mulheres ao primeiro casamento passou para o intervalo de 22 a 24 anos e menos de 5% das nascidas por volta de 1940 não chegariam a se casar (Festy, 1980). Os divórcios tiveram suas taxas estabilizadas. A fecundidade cresceu continuamente a partir de 1940.

Como salienta Roussel (1989), “pelas tendências demográficas anteriores a 1940 esperava-se para 1960 uma Europa envelhecida. O contrário, entretanto, foi observado, ou seja, uma população numerosa e jovem”.

O chamado “período de ouro” do casamento, acompanhado do crescimento da fecundidade, não iria, entretanto, durar muito, frustrando, deste modo, as previsões otimistas. Uma nova ruptura nos padrões demográficos é marcada no início da segunda metade da década de sessenta.

Avanços tecnológicos na área da anticoncepção permitiram o controle deliberado dos nascimentos e a fecundidade começa a cair a partir de 1965, com o advento da pílula anticoncepcional. O Gráfico 1 ilustra este fato para a França, Inglaterra, Suécia, Itália, Alemanha e Países Baixos. Por volta de 1965 a fecundidade desses seis países variava de 3.2 e 2.5 filhos por mulher; em 1970 esta variação cai para 2.5 a 2.0; em 1975 a grande maioria tem sua fecundidade entre 2.0 e 1.5. O ano de 1985 registra valores entre 1.8 e 1.3 filhos por mulher. Também os Estados Unidos e o Canadá assistiram a um declínio sistemático na fecundidade.

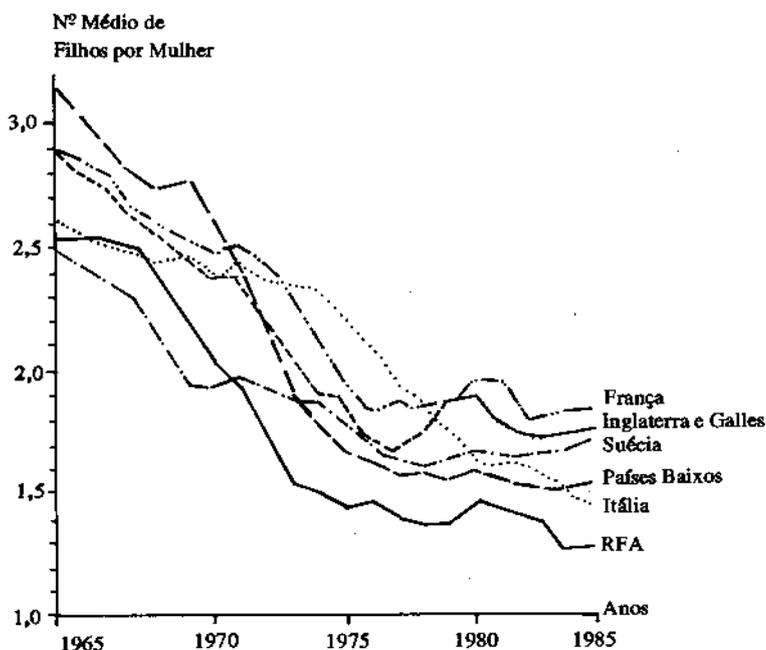
A partir de 1965 a nupcialidade começa também a cair. Este fenômeno teve início na Suécia e Dinamarca e, progressivamente, foi se estendendo ao resto da Europa Ocidental, primeiro à Suíça e Alemanha, depois à Inglaterra e Noruega e, finalmente, à França e Itália, com exceção dos países do Mediterrâneo. A Tabela 1, que ilustra este fato para quatro países, mostra que na França, por exemplo, 20% das pessoas não se casarão se persistirem os índices de nupcialidade prevalentes em 1977. Esta proporção de celibatários definitivos estaria estimada em 40% na Suécia e na Suíça.

Os Estados Unidos também apresentaram um declínio em sua nupcialidade. De fato, a proporção de mulheres solteiras aos 30 anos de idade que se mantinha por volta de 8.5%, entre 1960 e 1970, atingiu os 18% em 1984.

O declínio da nupcialidade foi acompanhado também de um crescimento na idade ao primeiro casamento. Na França, por exemplo, a idade média das mulheres cresceu de 22.4 a 24.3 anos, entre 1973 e 1985; no mesmo período, os homens que, em média, se casavam pela primeira vez aos 24.4 anos, passaram a fazê-lo aos 26.4 anos.



GRÁFICO 1  
Evolução da Taxa de Fecundidade Total Após 1964 para alguns Países da Europa Ocidental



FONTE Extraído de ROUSSEL, L. - 1989.

Outro ponto importante que marca este período de rupturas é o aumento na incidência de divórcios. Como assinala Festy (1980), eles duplicaram, chegando até a triplicarem em alguns países. Uma nova legislação mais liberal, associada a procedimentos jurídicos simplificados e rápidos aceleraram uma tendência que já vinha se manifestando, acabando por atingir todas as faixas etárias. Estima-se que a porcentagem média de divórcios hoje chegue a 30%, o que significa que muitos países já a ultrapassaram.

Além disso, vem caindo também a frequência de recasamentos de divorciados. De fato, quando se relaciona este número anual com o de divorciados nos últimos cinco anos, o índice de recasamentos obtido para a França, entre 1975 e 1985, caiu de 64,7% para 38,4% para os homens e de 57,8% para 36,2% para as mulheres.

O aumento do celibato e do divórcio e a queda na fecundidade e na frequência de recasamentos levam a alterações significativas na estrutura da família. De um lado, cresce o volume de pessoas morando sozinhas e de famílias monoparentais. Diminui, por outro lado, a frequência de casais morando com filhos. É o que se vem observando em vários países industria-

lizados, como testemunha a Tabela 2. Sendo extremamente raros os casos de famílias extensas, a categoria "outras" deve estar indicando principalmente casais sem filhos no domicílio. Estes resultariam de diversas situações: casais sem filhos, recasamentos onde um ou ambos são divorciados e entram em união sem filhos, e casais em que os filhos já saíram da casa. Esta última categoria inclui casais já bem avançados em idade, fruto do alto valor da esperança de vida.

TABELA 1  
Índice Total de Primeiros Casamentos\*, por Sexo, para Quatro Países da Europa Ocidental  
Período 1965-1977

País	1965	1970	1975	1977
<b>França</b>				
Homens . . . . .	1,00	0,91	0,82	0,77
Mulheres . . . . .	0,99	0,92	0,86	0,82
<b>Alemanha</b>				
Homens . . . . .	0,93	0,91	0,74	0,67
Mulheres . . . . .	1,11	0,98	0,77	0,68
<b>Suécia</b>				
Homens . . . . .	0,98	0,60	0,57	0,52
Mulheres . . . . .	0,96	0,62	0,63	0,57
<b>Suíça</b>				
Homens . . . . .	0,84	0,80	0,62	0,58
Mulheres . . . . .	0,87	0,83	0,65	0,61

FONTE: Extraído de FESTY, P. - 1980.

(\*) O índice total de primeiro casamento é a soma dos índices específicos de primeiro casamento para idades 15-49 anos.

TABELA 2  
Evolução da Estrutura Familiar em Alguns Países da Europa Ocidental

Países	Datas de referências	Casais com filhos(a)		Pessoas que vivem sozinhas		Famílias monoparentais		Outras		Total
		1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	
		data	data	data	data	data	data	data	data	
Alemanha (RFA) . . . . .	1972-1981	36	30	26	31	3	4	35	35	100
Estados Unidos . . . . .	1970-1982	40	29	17	23	5	8	38	41	100
França . . . . .	1968-1983	43	38	20	23	4	5	33	34	100
Suécia . . . . .	1970-1980	30	25	25	33	3	4	42	38	100

FONTE: ROUSSEL, L. - 1986.

(a) Os filhos levados em conta aqui são aqueles menores de 16 anos.



Dados mais recentes revelam que nos últimos 20 anos o número de pessoas vivendo sós triplicou na Suíça e quadruplicou no Canadá (Bonvalet, 1988). Haskey (1987) mostra que na Grã-Bretanha, de 12,5% em 1961 esta proporção atingiu 25%, em 1985.

Por outro lado, as famílias monoparentais que outrora refletiam os efeitos da morte de um dos cônjuges, hoje resultam maiormente dos divórcios (Bonvalet, 1987).

Até aqui a análise da evolução dos indicadores demográficos, a partir de 1965, foi feita dentro dos marcos dos casamentos legalizados. Entretanto, no sentido de apreender as transformações ocorridas e em curso, é necessário ampliar o foco de análise para incluir as mudanças de comportamento ocorridas fora da instituição matrimonial.

Uma das mudanças que vem afetando recentemente os padrões de casamento é o surgimento e o estabelecimento da coabitação. Por coabitação entende-se a situação de duas pessoas, homem e mulher, que vivem juntos como marido e mulher sem serem casados formalmente.

Em que pesem as dificuldades em quantificar a presença deste tipo de arranjo matrimonial, nos Estados Unidos a coabitação representou 1% e 4%, respectivamente, em 1970 e 1980, do total de casamentos. No Canadá, em 1980, 8% das uniões eram do tipo de coabitação. Em 1981, na Alemanha, 7% dos casais viviam sem o vínculo legal. Este fenômeno, mais frequente entre jovens, está presente também nos demais grupos etários, mas os países que lideram este tipo de preferência são, em primeiro lugar, a Suécia e a Dinamarca, como nos mostra a Tabela 3. Na Suécia, por exemplo, para mulheres jovens, entre 20 e 24 anos, a proporção de coabitantes que em 1975 já era de 29% passa a 44% em 1980; ou seja, quase metade dos casais jovens vive em uniões não legalizadas. Na Dinamarca este aumento foi ainda maior, muito embora para mulheres mais velhas este percentual seja um pouco mais atenuado em 1980, quando comparado com a Suécia. França e Inglaterra se colocam em outro patamar, porém exibindo crescimento no curto lapso de cinco anos.

Outra maneira de apreciar o considerável aumento da coabitação é através de sua presença antes de uma união legalizada. Na França, 20% dos casamentos ocorridos no período 1975-79 e 57% daqueles de 1980 e 1985, foram precedidos pela coabitação (Leridon, 1988). Na Grã-Bretanha, 10% e 34%, nos períodos 1971-73 e 1977-79, respectivamente (Brown & Kiernan, 1981). Já na Suécia, em 1980, em 92% dos casamentos celebrados oficialmente, a coabitação esteve presente (Hocm, 1987).

Outro aspecto a ser analisado em conexão com esta mudança no comportamento das pessoas é o aumento na frequência de nascimentos fora dos casamentos legalizados. Na Europa, observa-se grande diferença na proporção destes nascimentos, embora a maior parte dos países experimente um aumento significativo nos índices de ilegitimidade. A Tabela 4 ilustra bem esta situação. Não é de se surpreender que a Suécia e a Dinamarca liderem a lista, o que está obviamente associado à alta prevalência de coabitações.

TABELA 3  
Proporção de Mulheres Unidas para Alguns Países Seleccionados

País	Período	Situação da União	Idade em Anos		
			20-24	25-29	30-34
Suécia	1975	% formalmente casada	24	60	76
		% casada "de fato" (*)	53	77	84
	1980/81	% formalmente casada	15	47	67
		% casada "de fato"	59	78	81
Dinamarca	1975	% formalmente casada	36	74	83
		% casada "de fato"	65	84	88
	1980/81	% formalmente casada	24	60	77
		% casada "de fato"	69	85	89
França	1975	% formalmente casada	48	79	86
		% casada "de fato"	51	81	87
	1980/81	% formalmente casada	41	73	83
		% casada "de fato"	49	78	85
Inglaterra	1976	% formalmente casada	57	81	84
		% casada "de fato"	59	84	86
	1980	% formalmente casada	48	76	86
		% casada "de fato"	54	81	88

FONTE: Extraído de HOPFLINGER, F. - 1985.

(\*) Mulheres casadas formalmente e unidas consensualmente.

TABELA 4  
Taxas de Ilegitimidade (\*) em Países Europeus  
1960 a 1982

Países	1960	1970	1982
Áustria . . . . .	13,0	12,8	21,6
Bélgica . . . . .	2,1	2,8	4,5
Dinamarca . . . . .	7,8	11,0	38,3
Inglaterra . . . . .	5,4	8,3	14,4
Finlândia . . . . .	4,0	5,8	8,9
França . . . . .	6,1	6,4	14,2
Alemanha . . . . .	6,1	5,5	8,5
Irlanda . . . . .	1,6	2,7	6,1
Itália . . . . .	2,4	2,2	4,6
Holanda . . . . .	1,3	2,1	5,9
Noruega . . . . .	3,7	6,9	17,6
Suécia . . . . .	11,3	18,4	42,0
Suíça . . . . .	3,8	3,8	5,5

FONTE: Extraído de HOPFLINGER, F. - 1985.

(\*) Percentagem de nascidos vivos ilegítimos em relação ao total de nascidos vivos.



Hopflinger (1985) oferece ainda um tipo de informação bastante interessante, reveladora do fato que, cada vez mais, gestações extra-maritais levam a nascimentos extra-maritais. Ou seja, parece que, cada vez menos, uma gestação extra-marital seja razão para um casamento, o que reflete, em última análise, aceitação crescente do fato por parte da sociedade.

TABELA 5  
Nascimentos Extra-Maritais por 100 Gestações Extra-Maritais, em Países Europeus

País	1970	1980
Áustria . . . . .	47.0	57.4
Bélgica . . . . .	22.1	31.6
Dinamarca . . . . .	49.6	82.1
Inglaterra . . . . .	47.8	62.3
Finlândia . . . . .	21.9	47.6
França . . . . .	37.2	60.6
Alemanha . . . . .	24.3	37.2
Holanda . . . . .	19.9	49.6
Suécia . . . . .	64.2	86.4
Suíça . . . . .	24.0	27.6

FONTE: Extraído de HOPFLINGER, F. – 1985.

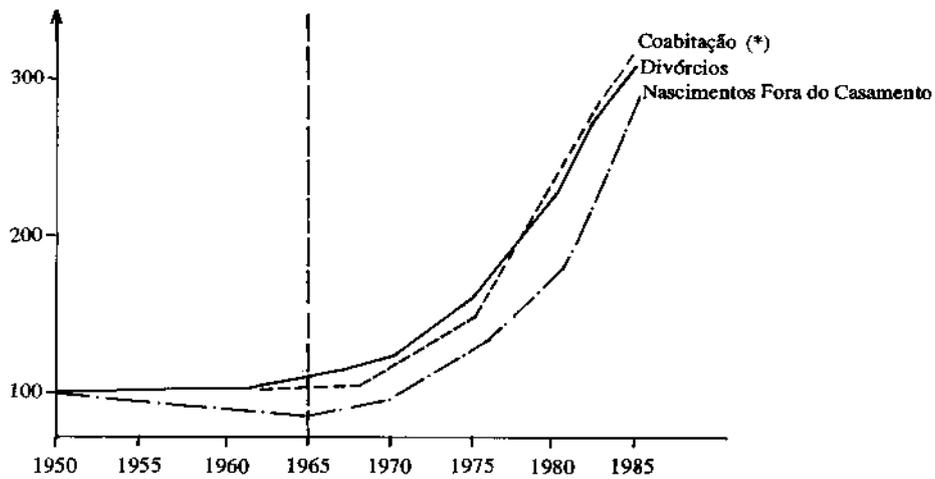
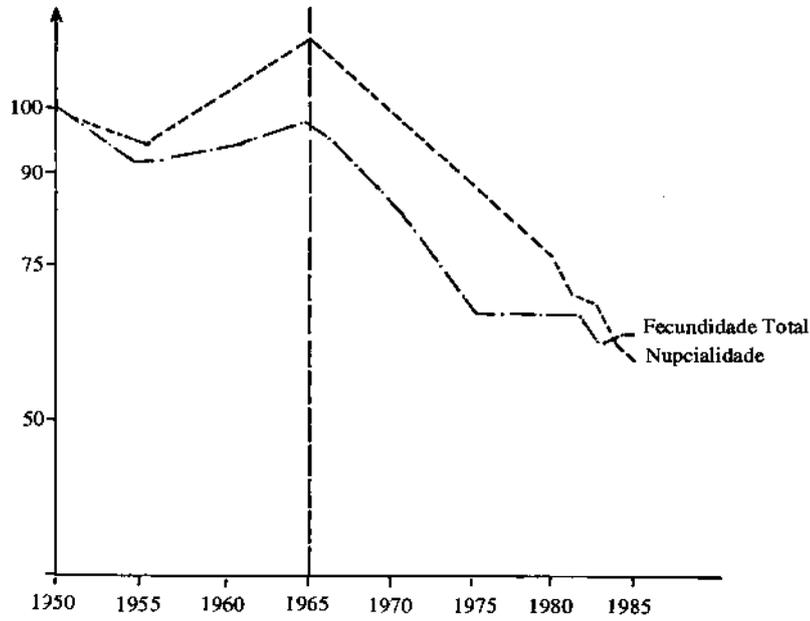
As tendências aqui analisadas ficam muito bem resumidas no Gráfico 2 que ilustra, com o caso da França, as transformações que afetaram a família na Europa, na segunda metade do século XX. Como bem assinala Roussel (1989), a partir de 1965 não se pode mais pensar a família no singular pois há um pluralismo de formas familiares.

### CHEGANDO AO BRASIL

O estudo das tendências da nupcialidade no Brasil nos últimos 50 anos encontra sérias dificuldades devido, em grande parte, à falta de informações disponíveis. O fato de que nos Censos Demográficos de 1940 e de 1950, por exemplo, uma só categoria abrigava as pessoas solteiras e aquelas em uniões livres (1), obstaculiza o estudo dos casamentos e do celibato no período. Além disso, as últimas estatísticas mais abrangentes de que se dispõe datam do Censo de 1980, o que deixa a descoberto um período de quase dez anos. Lançando mão dos Censos de 1960, 1970 e 1980 e das estatísticas do Registro Civil de 1960 a 1985, tentaremos, entretanto, apresentar um quadro descritivo da situação dos casamentos na sociedade brasileira.

GRÁFICO 2

Evolução de Alguns Parâmetros Demográficos da França (tomando como referência o valor 100 para 1950)



FONTE: Extraído de ROUSSEL, L. - 1989.

(\*) Celibatários sem filhos, onde o homem tem menos de 35 anos.



Quem olha a nupcialidade neste período através de seus parâmetros básicos, ou seja, a idade à primeira união e o celibato (2), colhe uma impressão de muito poucas alterações nestes 20 anos (Tabela 6). Os três cortes transversais produzidos pelos três últimos recenseamentos revelam:

1. As mulheres continuam a se casar, em média, entre os 22 e os 23 anos e o celibato esteve entre 8 e 9%;
2. Os homens continuam a se casar, em média, entre os 25 e os 26 anos e o celibato esteve entre 6 e 7%;
3. O celibato feminino continuou maior do que o masculino;
4. O ligeiro aumento nestes parâmetros, entre 1960 e 1970, esteve presente para os dois sexos.

TABELA 6  
Calendário e Intensidade da Nupcialidade, Segundo o Sexo  
Brasil  
1960-1980

Censos	Mulheres de 15 Anos ou Mais		Homens de 15 Anos ou Mais	
	Idade à 1ª União (em anos)	Celibato %	Idade à 1ª União (em anos)	Celibato %
1960 . . . . .	22.2	8.7	25.8	6.2
1970 . . . . .	23.0	8.8	26.3	6.7
1980 . . . . .	22.6	8.1	25.3	6.1

FONTE: Extraído de SILVA, R.S., 1986.

A taxa bruta de nupcialidade, calculada com base nas estatísticas do Registro Civil, mostra, entretanto, que vem caindo o casamento civil. Embora crescendo de 1960 a 1975, passando de um valor de 5.8 para 8.0 casamentos legalizados por 1.000 pessoas, esta taxa se manteve igual a 8.0 em 1980, caindo para 7.1, em 1985. Já a taxa específica por 1.000 pessoas de 15 anos ou mais de idade veio caindo sistematicamente entre 1975 e 1985, passando de 13.4 para 11.3.

Outro ponto importante a ser assinalado é o crescimento nas taxas de separações judiciais, isto é, de desquites e divórcios, o que foi acelerado nos últimos anos. De 0.8 separações em 1960 por 10.000 pessoas de 15 anos ou mais de idade, passou a 1.7 em 1970, a 6.1 em 1980 e 13.3 em 1985.

Agregando a este quadro a informação censitária da classificação da população segundo o estado conjugal (Tabela 7), pode-se avançar um pouco mais no sentido das mudanças que vieram ocorrendo no período e que se manifestaram de forma distinta para os dois sexos. O nível de separações cresceu para as mulheres em 1980, enquanto que, para os homens, além dos níveis serem correspondentemente menores, exibiram um declínio sistemático, mostrando que os homens se recasam mais do que as mulheres. Quanto à viuvez, caiu sistematicamente para ambos os sexos, com níveis sempre menores para os homens. Ambas as quedas se devem ao ganho gradativo na esperança de vida. Os menores níveis de viuvez para os homens são devidos, em parte, à mortalidade diferencial por sexo que atinge mais os homens; por outro lado, os viúvos casando-se mais frequentemente do que as viúvas têm maior chance de estarem casados no momento dos Censos (3).

TABELA 7  
Estado Conjugal, por Sexo  
Brasil  
1960-1980

Censos	Mulheres de 15 Anos ou Mais				Homens de 15 Anos ou Mais			
	Casada	Separada	Viúva	Solteira	Casado	Separado	Viúvo	Solteiro
1960 . .	57,3	3,2	8,8	30,7	58,4	1,7	2,5	37,4
1970 . .	54,6	3,2	8,6	33,6	56,4	1,6	2,1	39,9
1980 . .	56,9	3,5	8,1	31,5	58,8	1,5	1,8	37,9

FONTE: FIBGE – Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.

O mencionado aumento das separações leva a um aumento também das famílias monoparentais, isto é, famílias com filhos e apenas um dos pais. Realmente, a Tabela 8 nos mostra que passou de 9,2 a 10,5, entre 1970 e 1980, o peso relativo deste tipo de família sobre o total de arranjos familiares. Vale notar que o que aumentou foi o tipo de família “mãe e filhos” que passou de 7,7% a 9,1%, enquanto que o tipo “pai e filhos” até caiu de 1,5% para 1,4%, no mesmo período. Conforme já foi mencionado, o recasamento maior para os homens deve ser um dos fatores explicativos desta diferença. Entretanto, a razão maior reside no fato de a guarda dos filhos ficar, em 86% dos casos, com a mãe (Oliveira & Berquó, 1988). A maior incidência de viuvez entre as mulheres corrobora também para esta predominância de famílias monoparentais chefiadas por mulher.



TABELA 8  
Famílias Monoparentais  
Brasil  
1970 e 1980

Tipos de Família Monoparental	1970			1980		
	Número de Famílias	%	% Sobre o Total de Todas as Famílias	Número de Famílias	%	% Sobre o Total de Todas as Famílias
1) Mulheres com filhos . . . . .	1.340.360	83,7	7,7	2.272.944	86,7	9,1
Homens com filhos . . . . .	261.109	16,3	1,5	349.684	13,3	1,4
Total . . . . .	1.601.469	100,0	9,2	2.622.628	100,0	10,5
2) Mulheres com filhos e parentes . . . . .	313.331	78,3	1,8	524.525	84,0	2,1
Homens com filhos e parentes . . . . .	87.036	21,7	0,5	99.910	16,0	0,4
Total . . . . .	400.367	100,0	2,3	624.435	100,0	2,5
(1 + 2) Mulheres . . . . .	1.653.691	82,6	9,5	2.797.469	86,1	11,2
Homens . . . . .	348.145	17,4	2,0	449.594	13,9	1,8
Total . . . . .	2.001.836	100,0	11,5	3.247.063	100,0	13,0
Total de Famílias de Todos os Tipos . . . . .	17.407.278			24.977.406		

FONTE: FIBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Quando se desagrega o total de pessoas casadas segundo o tipo de vínculo matrimonial, observa-se que também no Brasil vem crescendo a preferência pela coabitação sem vínculos legais ou união consensual (Tabela 9). Sua prevalência praticamente dobrou entre 1970 e 1980, para atingir 12% de todos os casamentos. As uniões consensuais estiveram no passado mais associadas a estratos mais pobres da população ou se constituíram na única alternativa para uma nova união após a separação de um casamento legal, antes da sanção do divórcio, em 1978. Berquó e Loyola (1984) mostraram, todavia, que este aumento se dá nas uniões mais recentes. Para Oliveira e Berquó (1988) este tipo de união parece começar a atrair a atenção das pessoas como primeira opção de vida conjugal e este tipo de modelo tem grandes chances de estar presente maiormente nos segmentos mais jovens, principalmente dos grandes centros urbanos, significando uma ruptura com valores e normas tradicionais. De fato, estudos recentes na Grande São Paulo revelam que quadruplicou a proporção de uniões consensuais entre jovens de 15 a 19 anos, entre 1970 e 1980 (Madeira e Wong, 1988).

**TABELA 9**  
**Tipos de União das Pessoas Casadas de 15 anos ou mais**  
**Brasil**  
**1960, 1970 e 1980**

Censos	Tipos de União			
	Civil Religioso	Só Civil	Só Religioso	Consensual
1960 . . . . .	60.5	12.8	20.2	6.5
1970 . . . . .	64.6	14.1	14.4	6.9
1980 . . . . .	63.8	16.3	8.1	11.8

**FONTE:** FIBGE – Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.

Outro aspecto que merece destaque em conexão com este processo de mudança no comportamento das pessoas é o crescimento na proporção de nascimentos fora do casamento. De 3,0% em 1960, a proporção de mulheres declaradas solteiras que tiveram filhos cresceu sistematicamente nestes 20 anos, mais do que dobrando em 1980, isto é, atingindo o nível de 7,5%. Em um período em que a fecundidade experimentou queda tão acentuada, passando de 6.2 a 4.5 filhos por mulher, fruto do uso de meios altamente eficazes de regulação voluntária da fecundidade, pode-se descartar tratar-se apenas de nascimentos resultantes de gravidezes indesejadas. Estes resultados encerram situação em que, a nosso ver, está presente uma tentativa de ruptura com modelos mais tradicionais. Vivenciar a maternidade como uma necessidade, não vinculada à instituição familiar, pode estar no horizonte de mulheres independentes e que assim querem viver suas vidas. Por outro lado, conscientes de suas poucas chances de casamento à medida em que vão entrando em idade, muitas mulheres podem optar por uma família, ainda que incompleta, a não terem nenhuma.

Qualquer que seja o determinante desta motivação, a verdade é que esta situação deve levar também ao aumento das famílias monoparentais, conforme vimos antes.

O celibato, a separação e a viuvez podem contribuir para o aumento do número de pessoas que vivem sozinhas, ou seja, das famílias unipessoais. Estas cresceram no Brasil, entre 1970 e 1980, a uma taxa média anual igual a 5,4%, bem maior do que a correspondente à população total de 15 anos ou mais, que foi de 3,3%, no mesmo período. Os dados de 1980 indicam que 48% das pessoas vivendo sós são solteiras, contra 35% de viúvas, restando apenas 17% para as separadas. Por outro lado, vistas em conjunto, a maior parte é de pessoas mais velhas (Tabela 10). Entretanto, a composição por idade das pessoas sozinhas é muito diferente para os dois sexos. Enquanto que para os homens esta situação independe da idade, para as mulheres a chance cresce na medida em que elas envelhecem. Ou porque nunca se casaram, ou porque quando se separaram ou enviuvaram não tinham filhos em casa (ou porque nunca os tiveram, ou os tiveram mas já haviam morrido ou saído da casa), estas mulheres acabam por ser candidatas a este tipo de vivência.



TABELA 10  
População S6 por Sexo e Idade  
Brasil  
1980

Idade em Anos	Homens	Mulheres	Total
15 - 29 . . . . .	25,1	9,4	17,7
30 - 44 . . . . .	26,0	13,7	20,8
45 - 59 . . . . .	23,4	23,5	23,4
60 ou + . . . . .	25,6	53,4	39,1
15 ou + . . . . .	100,0	100,0	100,0

FONTE: Extraído de BERQUÓ, E. S. e CAVENAGHI, S. M. - 1988.

De uma maneira geral, as tendências demográficas até aqui descritas podem ser sintetizadas no Gráfico 3. Ele retrata as principais mudanças que no curso de 20 anos influenciaram na constituição, manutenção e dissolução da família brasileira e, conseqüentemente, de sua estrutura.

## O FUTURO

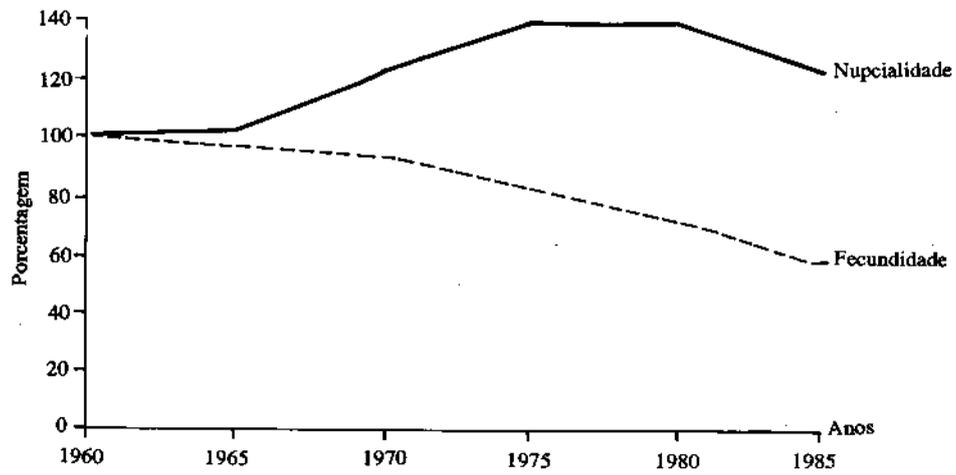
O confronto dos gráficos 2 e 3 é muito revelador. Em que pese as diferenças de intensidade nos níveis, não cabe dúvida de que em nossa sociedade já se esboçam mudanças de comportamento similares àquelas presentes nos países mais industrializados do ocidente. Estas semelhanças se fundam, a nosso ver, em conquistas tecnológicas e sociais que transcenderam continentes e se instalaram em maior ou menor grau nos diversos países.

Os avanços tecnológicos das últimas décadas permitiram que: a) se pudesse limitar o número de filhos, b) se pudesse viver por muito mais tempo. Estas duas conquistas têm implicações diretas no tamanho e na estrutura da família.

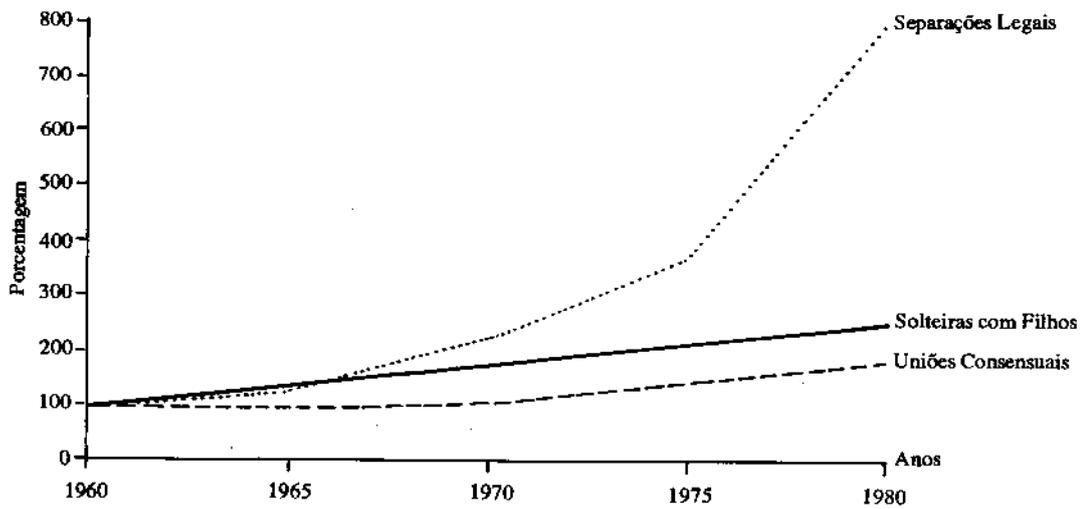
O movimento feminista pela conquista de iguais direitos inaugurou um período no qual a luta pela auto-realização se trava no terreno da competição entre os sexos. Este enfrentamento influencia os desejos e as decisões de entrar e de sair de uniões conjugais. O que, por sua vez, afeta o celibato, a idade de entrada em união, o tipo de união conjugal escolhido, sua duração, seu rompimento e início ou não de novas uniões.

**GRÁFICO 3**

Evolução de Alguns Parâmetros Demográficos do Brasil (tomando como referência o valor 100 para 1960)



**FONTE:** Registro Civil 1960-85. Censos Demográficos 1960, 70, 80.



**FONTE:** Registro Civil, Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.



Diante do exposto e na medida em que a união das pessoas parece se traduzir cada vez mais em coisa privada, baseada nos sentimentos mútuos de cada um, cuja permanência determina a fragilidade ou a estabilidade da relação, pode-se prever que pessoas desembarquem no século XXI, trazendo na bagagem uma pluralidade cada vez maior de arranjos "familiares".

#### NOTAS

- (1) Por união livre entende-se aquela sem vínculo civil ou religioso.
- (2) Pessoas que chegam solteiras aos 50 anos de idade.
- (3) Os dados da Tabela 7 são ainda consistentes com os da Tabela 6, no sentido de que, para ambos os sexos, diminui a proporção de pessoas casadas e aumenta a de solteiros, entre 1960 e 1970.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERQUÓ, E.S. e LOYOLA, M.A. – 1984. União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, 1(1/2):35-98, jan./dez.
- e CAVENAGHI, S.M. – 1988. Oportunidades e Fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Olinda, 17-20 out.
- BONVALET, C. e MERLIN, P. – 1988. Transformation de la famille et habitat. *Population*, Paris, INED, n° 4-5, pp. 881-892, juil.-oct.
- BROWN, A. e KIERNAM, K. – 1981. Cohabitation in Great Britain. *Population Trends*, Autumn.
- FESTY, P. – 1980. On the new context of marriage in Western Europe. *Population and Development Review*, New York, 6(2):311-315, jun.
- HASKEY, J.C. – 1987. *The determinants of middle-aged people living alone: evidence of those aged 30 to 59 in Great Britain*. IUSSP Seminar on New Forms of Familial Life in MDC's. Vaucresson, France, oct.
- HOEM, B. – 1987. The Swedish family, Stockholm Research Reports. *Demography*, n° 43, oct.
- HOPFLINGER, R. – 1985. Changing marriage, behavior: some European comparisons. *Genus*, vol. XLJ, n° 3-4.

- LERIDON, H. e VILLENEUVE-GOKALP, C. – 1988. Les nouveaux couples: nombre, caractéristiques et attitudes. *Population*, 2.
- MADEIRA, F.R. e WONG, L.R. – 1988. *Responsabilidades precoces: família, sexualidade, migração e pobreza na Grande São Paulo*. Trabalho apresentado no Seminário "A família nos anos 80: dimensões do novo regime demográfico". NEPO/UNICAMP/ANPOCS. Campinas, 18-19 de agosto (mimeo).
- OLIVEIRA, M.C. e BERQUÓ, E.S. – 1988. *A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes*. Trabalho apresentado na reunião da International Union for the Scientific Study of Population, IUSSP, Sessão 4, realizada em Tóquio, Japão, nov./dez.
- ROUSSEL, L. – 1986. L'évolution récente de la structure des ménages dans quelques pays industriels. *Population*, 6, p. 933.
- . – 1989. *La famille incertaine*. Paris, Éditions Odile Jacob, fév., 283 p.
- SILVA, R. S. – 1986. O panorama da nupcialidade brasileira no período 1960-80. CEBRAP, (mimeo).

ABSTRACT – The aim of this work is to contribute to the present discussion on the viability of the convergence hypothesis on the transformation of the family. Will changes in family forms follow the same stages in all societies as industrialization and urbanization go on? The sharp fall of fertility rates, increase in life expectancy, growing participation of women in the labor market, sexual liberation, the increasingly fragility of conjugal relationships, growing individualism, etc., are all tendencies which act to change size, structure and function of the family. A demographic focus of all these questions is needed in order to be able to analyze the Brazilian family in the next century. This work is an attempt in this direction.